

EDUARDO CABETTE

Delegado de Polícia aposentado, Parecerista e Consultor Jurídico, Mestre em Direito Social, Pós - graduado em Direito Penal e Criminologia e Membro do Grupo de Pesquisa de Ética e Direitos Fundamentais do Programa de Mestrado do Unisal.

FRANCISCO SANNINI

Delegado de Polícia do Estado de São Paulo, Titular do Setor Especializado no Combate à Corrupção, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, Mestre em Direitos Difusos e Coletivos, Pós-Graduado com Especialização em Direito Público, Professor da Pós-Graduação do UNISAL-Lorena, Professor Concursado da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, Professor da Pós-Graduação em Segurança Pública do Curso Supremo, Professor do Damásio Educacional, Professor do Qconcursos.

TRATADO DE **LEGISLAÇÃO ESPECIAL CRIMINAL**

3ª EDIÇÃO

Tratado de Legislação Especial Criminal - 3ª edição

© Eduardo Cabette & Francisco Sannini

EDITORA MIZUNO 2023

Revisão de Português: Eliane Chainça

Revisão Técnica: Eduardo Cabette & Francisco Sannini

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C114t Cabette, Eduardo

Tratado de legislação especial criminal / Eduardo Cabette, Francisco Sannini. – 3. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2023.

1104 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-637-5

1. Legislação. 2. Procedimento criminal. I. Cabette, Eduardo. II. Sannini, Francisco. III. Título.

CDD 342

Índice para catálogo sistemático

I. Legislação

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
 Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
 Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ESTATUTO DO DESARMAMENTO - (LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003)	27
1 INTRODUÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O (DES)ARMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL	27
2 DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS	34
2.1 Do Registro das Armas de Fogo	35
2.2 Dos Requisitos para Aquisição de Arma de Fogo	35
2.3 Do Porte de Arma de Fogo	36
3 DO BEM JURÍDICO TUTELADO PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO	41
4 DA NATUREZA JURÍDICA DOS TIPOS PENAIS	46
5 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS CRIMES	48
6 DOS OBJETOS MATERIAIS DOS CRIMES	49
6.1 Arma de Fogo	51
6.2 Munição	56
6.3 Acessórios	57
6.4 Princípio da Insignificância e os Crimes do Estatuto do Desarmamento	58
7 POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	62
7.1 Conduta	62
7.2 Sujeito Ativo e Passivo	67
7.3 Elemento Normativo do Tipo	67
7.4 Elementos Espaciais do Tipo	69
7.5 Elemento Subjetivo do Tipo	73
7.6 Consumação e Tentativa	73
7.7 Concurso de Infrações	73
7.8 Destaques finais	74
7.9 Classificação	75
8 OMISSÃO NA CAUTELA DE ARMA DE FOGO	75
8.1 Conduta (Art. 13, <i>Caput</i>)	75
8.1.1 Conduta (Art. 13, <i>Parágrafo Único</i>)	77
8.2 Sujeitos dos Crimes	80
8.3 Consumação e Tentativa	81
8.4 Concurso de Crimes	81
8.5 Destaques Finais	81
8.6 Classificação	82

9 PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	82
9.1 Conduta.....	82
9.2 Elemento Normativo do Tipo.....	91
9.3 Sujeitos do Crime	93
9.4 Consumação e Tentativa.....	96
9.5 Concurso de Crimes.....	97
9.6 Destaques Finais.....	99
9.7 Classificação	103
10 DISPARO DE ARMA DE FOGO.....	104
10.1 Conduta.....	104
10.2 Elementos Espaciais do Tipo.....	105
10.3 Sujeitos do Crime	106
10.4 Consumação e Tentativa.....	106
10.5 Concurso de Crimes.....	106
10.6 Destaques Finais.....	107
10.7 Classificação	107
11 POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO.....	107
11.1 Conduta.....	108
11.2 Sujeitos do Crime	110
11.3 Consumação e Tentativa	110
11.4 Concurso de Crimes.....	111
11.5 Destaques Finais.....	111
11.6 Classificação	111
12 FIGURAS EQUIPARADAS.....	111
12.1 Adulteração de Sinal Identificador.....	111
12.1.1 Conduta.....	111
12.1.2 Sujeitos do Crime.....	112
12.1.3 Consumação e Tentativa.....	113
12.1.4 Concurso de Crimes	113
12.1.5 Classificação	113
12.2 Modificação das Características da Arma de Fogo.....	113
12.2.1 Conduta.....	113
12.2.2. Sujeitos do Crime.....	114
12.2.3 Consumação e Tentativa.....	114
12.2.4 Concurso de Crimes	114
12.2.5 Classificação	115
12.3 Posse, Detenção, Fabrico ou Emprego de Artefato Explosivo ou Incendiário.....	115
12.3.1 Conduta.....	115
12.3.2 Sujeitos do Crime.....	117
12.3.3 Consumação e Tentativa.....	117

12.3.4 Concurso de Crimes	117
12.3.5 Classificação	118
12.4 Posse ou Porte de Arma de Fogo com Sinal de Identificação Suprimido	118
12.4.1 Conduta.....	118
12.4.2 Sujeitos do Crime.....	120
12.4.3 Consumação e Tentativa.....	120
12.4.4 Concurso de Crimes	121
12.5 Classificação	121
12.6 Venda, Entrega ou Fornecimento de Arma de Fogo, Acessório, Munição ou Explosivo a Criança ou Adolescente	121
12.6.1 Conduta.....	121
12.6.2 Sujeitos do Crime.....	122
12.6.3 Consumação e Tentativa.....	122
12.6.4 Concurso de Crimes	123
12.6.5 Classificação.....	123
12.7 Produção, Recarregamento, Reciclagem Ilegal e Adulteração de Munição ou Explosivo.....	123
12.7.1 Conduta.....	123
12.7.2 Sujeitos do Crime.....	124
12.7.3 Consumação e Tentativa.....	124
12.7.3.1 Classificação.....	124
12.8 Posse ou Porte de Arma de Fogo de Uso Proibido (Figura Qualificada)	124
12.8.1 Conduta.....	125
12.8.2 Sujeitos do Crime.....	126
12.8.3 Consumação e Tentativa.....	126
12.8.4 Concurso de Infrações	127
12.8.5 Natureza Hedionda	127
12.8.6 Classificação.....	128
13 COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNIÇÃO	129
13.1 Conduta.....	129
13.2 Sujeitos do Crime.....	132
13.3 Consumação e Tentativa.....	132
13.4 Concurso de Crimes.....	132
13.5 Classificação	133
13.6 Do Agente Policial Disfarçado.....	133
14 TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO.....	142
14.1 Conduta.....	142
14.2 Sujeitos do Crime.....	143
14.3 Consumação e Tentativa.....	143
14.4 Concurso de Crimes.....	144
14.5 Classificação.....	145

14.6 Do Agente Policial Disfarçado.....	145
15 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (arts. 19 e 20).....	145
16 LIBERDADE PROVISÓRIA.....	146

CAPÍTULO II

CRIMES HEDIONDOS (LEI N. 8.072, DE 25 DE JUNHO DE 1990).....	147
1 INTRODUÇÃO.....	147
2 SISTEMAS DE DEFINIÇÃO DO CARÁTER HEDIONDO DO CRIME.....	148
3 ROL DOS CRIMES HEDIONDOS (ART. 1º, CAPUT, DA LEI 8.072/90).....	151
3.1 Homicídio (simples?) praticado em atividade típica de grupo de extermínio e homicídio qualificado.....	152
3.2 Lesão corporal <i>funcional</i> gravíssima e lesão corporal <i>funcional</i> seguida de morte.....	157
3.3 Roubo como crime hediondo.....	164
3.4 Extorsão como crime hediondo.....	167
3.4.1 Sequestro relâmpago qualificado pela morte.....	167
3.5 Extorsão mediante sequestro.....	182
3.6 Estupro.....	183
3.7 Estupro de vulnerável.....	184
3.8 Epidemia com resultado morte.....	186
3.9 Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	187
3.10 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou de vulnerável.....	189
3.11 Genocídio.....	190
3.12 Porte ou Posse Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito ou Proibido.....	191
3.13 O furto como crime hediondo.....	204
3.14 O crime de Organização Criminosa como crime hediondo.....	204
4 CRIMES EQUIPARADOS OU ASSEMELHADOS AOS HEDIONDOS.....	207
4.1 Tortura (Lei nº 9.455/97).....	208
4.2 Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/06).....	208
4.3 Terrorismo.....	211
5 PROIBIÇÃO DE ANISTIA, GRAÇA E INDULTO.....	212
6 PROIBIÇÃO DE SAÍDA TEMPORÁRIA NOS CRIMES HEDIONDOS COM RESULTADO MORTE.....	214
7 LIBERDADE PROVISÓRIA.....	218
7.1 Liberdade Provisória Restrita e Liberdade Provisória Plena (artigo 321, CPP).....	223
7.2 Proibição de Liberdade Provisória Mediante Fiança na Lei dos Crimes Hediondos (art. 2º, inciso II, da Lei 8.072/90).....	226
8 CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME INICIAL FECHADO.....	229
9 PROGRESSÃO DE REGIME.....	234
10 DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE.....	243
11 PRISÃO TEMPORÁRIA.....	245

11.1 Conceito e Natureza Jurídica	246
11.2 Fundadas razões de autoria ou de participação do investigado nos crimes listados no artigo 1º, inciso III da Lei 7.960/89	247
11.3 Prisão temporária e os crimes hediondos e equiparados	248
12 ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA.....	250
13 LIVRAMENTO CONDICIONAL	251
14 ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA PARA A PRÁTICA DE CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS....	254
15 DELAÇÃO PREMIADA.....	255
15.1 Colaboração Premiada: origem e conceito	256
15.2 Delação Premiada e a Lei dos Crimes Hediondos.....	257
16 DO CARÁTER NÃO HEDIONDO DOS CRIMES MILITARES	258
17 DOS AUMENTOS DE PENA PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS E DO PROBLEMA DA REVOGAÇÃO OU DA CONTINUIDADE NORMATIVA.....	262
18 DESTAQUES FINAIS.....	266

CAPÍTULO III

ESTATUTO DO DELEGADO DE POLÍCIA (LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013)	267
1 INTRODUÇÃO	267
2 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA (I)LEGALIDADE ...	274
3 FUNCIONALISMO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	288
3.1 Função Preparatória	288
3.2 Função Preservadora.....	289
3.3 Função Reveladora do Fato Oculto (Redução das “Cifras Negras”)	291
3.4 Função Simbólica.....	294
3.5 Função Restaurativa ou Satisfativa.....	295
4 OBJETO DA LEI 12.830/13	298
5 DELEGADO DE POLÍCIA E SUAS FUNÇÕES.....	299
5.1 Da natureza jurídica das funções exercidas pelo delegado de polícia	302
5.1.1 Da capacidade postulatória do delegado de polícia	304
5.2 Da essencialidade das funções exercidas pelo delegado de polícia.....	310
5.3 Da exclusividade das funções exercidas pelo delegado de polícia: princípio da oficialidade da investigação criminal.....	312
5.3.1 Da Investigação Criminal Privada: Lei nº 13.432/2017	313
6 A CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....	320
7 AUTORIDADE POLICIAL: DELEGADO DE POLÍCIA.....	327
8 PODER REQUISITÓRIO DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	331
9 AUTONOMIA FUNCIONAL DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	337
10 PRINCÍPIO DO DELEGADO DE POLÍCIA NATURAL	340
11 PRINCÍPIO DA INAMOVIBILIDADE RELATIVA DO DELEGADO DE POLÍCIA	343

12 INDICIAMENTO	344
12.1 Indiciamento: momento e consequências jurídicas.....	345
12.2 Ato privativo do delegado de polícia.....	353
12.3 Sujeito Passivo do Indiciamento	354
12.4 Indiciamento e o Artigo 17-D da Lei de Lavagem de Capitais	355
12.5 Indiciamento e infrações de menor potencial ofensivo	356
12.6 Espécies de indiciamento.....	357
12.6.1 Indiciamento Material (Criptoindiciamento?).....	357
12.6.2 Indiciamento Formal.....	359
12.6.3 Indiciamento Coercitivo.....	359
12.6.4 Indiciamento Indireto.....	360
12.6.5 Indiciamento Complexo.....	361
12.7 Indiciamento e o Princípio da Presunção de Inocência	366

CAPÍTULO IV

LEI DE TERRORISMO (LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016)	371
1 DA EVOLUÇÃO JURÍDICA DO TRATAMENTO DO TERRORISMO NO BRASIL A PARTIR DE 1988 ...	371
2 TERRORISMO E TRATADOS INTERNACIONAIS	373
3 CONCEITO DE TERRORISMO	377
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LEI DE TERRORISMO	379
5 ELEMENTO SUBJETIVO DO CRIME DE TERRORISMO.....	380
6 DOS ATOS DE TERRORISMO (ELEMENTOS OBJETIVOS)	383
7 DA CLÁUSULA OU NORMA DE CONTENÇÃO DO TIPO PENAL OU DE EXCLUSÃO DE TIPICIDADE	386
8 CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO TERRORISTA	393
9 TERRORISMO E ATOS PREPARATÓRIOS	397
10 FINANCIAMENTO AO TERRORISMO.....	403
11 CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA.....	404
12 DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO PENAL AOS ATOS TERRORISTAS	405
13 DA ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA E DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO.....	408
14 DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	410
14.1 O Juiz e o decreto de ofício de medidas assecuratórias: polêmica quanto ao sistema acusatório	411
14.2 Dos legitimados para provocar a adoção de medidas assecuratórias.....	416
14.3 Requisitos legais	416
15 DA ALIENAÇÃO ANTECIPADA (ARTIGO 12, § 1º).....	417
15.1 Da liberação total ou parcial de bens onerados (art. 12, §§ 2º e 3º)	418
16 MEDIDAS ASSECURATÓRIAS E REPARAÇÃO DE DANO DECORRENTE DE INFRAÇÃO PENAL ANTECEDENTE (ARTIGO 12, § 4º).....	422

17 DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS SUJEITOS ÀS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	423
18 REGRAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	425
19 DA APLICABILIDADE DA LEI 12.850/13	426
20 DO CARÁTER HEDIONDO DO CRIME DE TERRORISMO	432

CAPÍTULO V

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996)	433
1 INTRODUÇÃO	433
2 PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO	434
2.1 Breve Histórico	435
2.2 Da invalidade das interceptações efetuadas antes da Lei 9.296/96	438
2.3 Abordagem contextual da Lei 9.296/96	441
3 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS (LEI 9.296/96)	447
3.1 Gravação Clandestina Telefônica ou Ambiental	447
3.2 Escuta Telefônica	450
3.3 Interceptação ou Captação Ambiental	452
3.4 Gravações Deliberadas e Consentidas	452
4 INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	452
4.1 Interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza: delimitação técnica	456
4.2 Quebra do Sigilo dos Dados Telefônicos	473
4.3 Novos meios operacionais de investigação de dados, informações, cadastros e sinais trazidos pela Lei 13.344/16	480
5 OBJETIVO LEGAL DAS INTERCEPTAÇÕES	486
5.1 Prova em investigação criminal	489
5.2 Prova em instrução processual penal	493
5.3 A questão da “prova emprestada”	494
6 PRESSUPOSTOS PARA DECRETAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	499
6.1 Ordem Judicial e a Teoria do Juízo Aparente	500
6.2 Segredo de Justiça (Contraditório Diferido ou Postergado)	508
6.3 Da (in)constitucionalidade do artigo 1º, parágrafo único, da Lei 9.296/96	510
7 REQUISITOS	516
7.1 Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal e a interceptação de Prospeção	517
7.2 A prova não puder ser feita por outros meios disponíveis (princípio da subsidiariedade)	521
7.3 O fato investigado constituir infração penal punida com pena de reclusão (crimes de catálogo)	525
7.4 Descrição da situação objeto de investigação e dos sujeitos passivos	530
7.5 Interceptação telefônica e encontro fortuito de provas (Teoria da Serendipidade)	531
8 LEGITIMIDADE PARA POSTULAR A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	542
8.1 Da inconstitucionalidade do decreto de ofício pelo juiz	542
8.2 Da legitimação do delegado de polícia para requerer (representar) pela decretação da interceptação telefônica	546

8.3 Da legitimidade do Ministério Público e de outros personagens para requerer a interceptação telefônica.....	549
9 PROCEDIMENTO	555
9.1 Do pedido verbal	558
9.2 Do prazo para a decisão judicial	560
9.3 Da Fundamentação e da forma de execução da medida	561
9.4 Do prazo de duração da interceptação telefônica e sua renovação	563
9.5 Da execução do procedimento de interceptação telefônica.....	570
9.5.1 Da possibilidade da requisição de apoio técnico-especializado às concessionárias de serviço público	576
9.6 Dos necessidade da autuação do procedimento em apartado e do segredo de justiça.....	577
9.6.1 Do momento da apensação dos autos	578
10 DA INUTILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES QUE NÃO INTERESSAM À PROVA.....	584
11 DA INTERCEPTAÇÃO OU CAPTAÇÃO AMBIENTAL.....	588
12 DOS CRIMES.....	604
12.1 Introdução	605
13 DO CRIME DE INTERCEPTAÇÃO ILEGAL DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA, INFORMÁTICA OU TELEMÁTICA E ESCUTA AMBIENTAL.....	606
13.1 Conceito e Objetividade Jurídica.....	606
13.2 Sujeito Ativo.....	607
13.3 Sujeito Passivo.....	608
13.4 Tipo Penal Objetivo	608
13.5 Tipo Penal Subjetivo	612
13.6 Consumação e Tentativa.....	612
14 DO CRIME DE CAPTAÇÃO AMBIENTAL ILEGAL.....	613
14.1 Conceito e objetividade jurídica	613
14.2 Sujeito Ativo.....	614
14.3 Sujeito Passivo.....	615
14.4 Tipo Penal Objetivo	615
14.5 Tipo Penal Subjetivo	617
14.6 Consumação e Tentativa.....	617
15 CONFLITO ENTRE OS CRIMES DA LEI 9.296/96 E O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE	617
16 DA PENA E DA AÇÃO PENAL	621

CAPÍTULO VI

LEI DE TORTURA (LEI Nº 9.455, DE 07 DE ABRIL DE 1997).....	623
1 INTRODUÇÃO.....	623
1.1 Conceito de tortura no âmbito internacional.....	626
1.2 Formas de tortura.....	627

2 DA IMPRESCRITIBILIDADE DO CRIME DE TORTURA.....	628
3 DA COMPETÊNCIA	632
4 DO BEM JURÍDICO TUTELADO	633
4.1 Tortura e o Cenário da Bomba Relógio (<i>Ticking Bomb Scenario Theory</i>).....	634
5 DOS CRIMES DE TORTURA.....	640
5.1 Formas de Execução	640
5.2 Finalidades Especializantes da Tortura	641
5.3 Tortura Probatória, Inquisitorial, Institucional, Política ou Persecutória (art. 1º, inciso I, "a")	641
5.4 Tortura Crime (art. 1º, inciso I, "b")	643
5.5 Tortura Discriminatória, Preconceituosa ou Racial (art. 1º, inciso I, "c")	644
5.6 Tortura-Castigo, Vingativa ou Intimidatória (art. 1º, inciso II)	646
5.7 Da pena pelo crime de tortura	651
5.8 Da tortura praticada de forma permanente	651
5.9 Da materialidade do crime de tortura	652
6 FIGURA EQUIPARADA OU TORTURA IMPRÓPRIA.....	653
7 TORTURA POR OMISSÃO OU OMISSÃO PERANTE A TORTURA.....	657
7.1 Da pena e demais benefícios	660
8 TORTURA QUALIFICADA.....	660
9 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA.....	661
9.1 Tortura praticada por agentes públicos	662
9.2 Tortura praticada contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de sessenta anos	663
9.3 Tortura praticada mediante sequestro	663
10 EFEITOS DA CONDENAÇÃO	664
11 PROIBIÇÃO DE GRAÇA, ANISTIA E INDULTO.....	664
12 REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA.....	666
13 EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI DE TORTURA.....	668

CAPÍTULO VII

LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI Nº 12.850, DE 02 DE AGOSTO DE 2013).....	669
1 INTRODUÇÃO	669
1.1 Conceito de Organização Criminosa	673
1.2 Considerações gerais sobre o conceito de organização criminosa	675
2 DO CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	684
2.1 Classificação.....	688
3 DO CRIME DE OBSTRUÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL.....	689
4 DAS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA.....	691
4.1 Organização criminosa armada	692
4.2 Organização criminosa que se vale de menores de idade	694

4.3 Organização criminosa que se vale de funcionário público (<i>Teoria da Reconfiguração Co-optada do Estado</i>).....	695
4.4 Organização criminosa e o proveito ou produto das infrações	697
4.5 Conexão entre organizações criminosas	698
4.6 Organização criminosa transnacional	699
5 DA AGRAVANTE ESPECÍFICA PARA A LIDERANÇA DA ORGANIZAÇÃO	700
6 DA MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DO AGENTE PÚBLICO SUSPEITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	702
7 DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO POR CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	715
8 DA ATRIBUIÇÃO DE INVESTIGAR POLICIAIS ENVOLVIDOS EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.	717
8.1 DAS INOVAÇÕES PROMOVIDAS PELO "PACOTE ANTICRIME": RIGORES PENITENCIÁRIOS PARA O CRIME ORGANIZADO	719
9 DAS TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA... ..	722
10 COLABORAÇÃO PREMIADA	723
10.1 A normatização da conduta humana.....	724
10.1.1 Ética e Direito.....	724
10.1.2 Ética e Moral	725
10.1.3 A utopia de uma ética universal e o Direito	727
10.1.4 Conclusões	729
10.2 Colaboração Premiada: origem e conceito	730
10.2.1. Princípios Vetores do Acordo de Colaboração Premiada	735
10.3 Legitimidade	746
10.4 Dos Prêmios Legais	762
10.4.1 Do Perdão Judicial	763
10.4.2 Da redução da pena privativa de liberdade	767
10.4.3 Da progressão de regime.....	769
10.4.4 Da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	770
10.5 Requisitos da colaboração premiada	770
10.6 Finalidades do acordo de colaboração premiada	775
10.7 Da suspensão do prazo para o oferecimento da denúncia	781
10.8 Acordo de Imunidade (Não Oferecimento de Denúncia)	784
10.9 Das tratativas do acordo de colaboração premiada e seu marco inicial: dever de lealdade entre as partes (Termo de Confidencialidade), direito subjetivo ao acordo e colaboração unilateral.....	787
10.9.1 Da instrução do acordo de colaboração premiada	796
10.9.2 Da proibição da participação do juiz nas tratativas do acordo e seu dever de supervisão ...	800
10.10 Da homologação do acordo de colaboração premiada.....	808
10.11 Da retratação da proposta de colaboração premiada	814
10.11.1 Direito ao Confronto na Colaboração Premiada	822

10.12 Dos efeitos do acordo de colaboração premiada sobre a sentença	828
10.13 Oitiva do colaborador	830
10.14 Registros da colaboração premiada.....	832
10.15 Renúncia ao direito ao silêncio do colaborador	835
10.16 Regras de corroboração	838
10.16.1 Das Hipóteses Expressas de Rescisão do Acordo de Colaboração.....	840
10.17 Dos Direitos do Colaborador	843
10.18 Formalidades do termo de acordo de colaboração premiada	845
10.19 Da sigiliosidade do acordo de colaboração premiada	847
11 CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS.....	850
12 AÇÃO CONTROLADA.....	854
12.1 Ação Controlada e o "Controle Judicial".....	857
12.2 Procedimento	864
12.3 Ação Controlada Transnacional	865
13 INFILTRAÇÃO DE AGENTES.....	867
13.1 Conceito	868
13.2 Da legitimidade para provocar a infiltração de agentes	871
13.3 Do agente infiltrado	876
13.4 Requisitos.....	880
13.4.1 Requisitos da Infiltração Virtual de Agentes no Estatuto da Criança e do Adolescente ...	882
13.4.2 Requisitos para a Infiltração Virtual na Lei de Organização Criminosa	884
13.5 Modalidades de Infiltração: prazo de duração	886
13.6 O Agente Infiltrado como Fonte de Prova	888
13.7 Procedimento	892
13.7.1 Da sigiliosidade na distribuição do procedimento e interrupção da operação em caso de risco para o agente infiltrado.....	893
13.8 Da Proporcionalidade da Infiltração de Agentes e da Licitude da Ação Policial	896
13.9 Dos direitos do agente infiltrado.....	899
13.10 Agente Infiltrado e Agente Disfarçado: distinções	901
14 ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES.....	904
15 AFASTAMENTO DOS SIGILOS FINANCEIRO, BANCÁRIO E FISCAL	908
16 COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS FEDERAIS, DISTRITAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA BUSCA DE PROVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA INVESTIGAÇÃO OU DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	909
17 DOS CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA	909
17.1 Crime de Violação do Sigilo sobre a Identidade do Colaborador.....	909
17.2 Crime de Informações Falsas na Colaboração Premiada.....	910
17.3 Crime de Inobservância do Sigilo de Investigação Envolvendo Ação Controlada e Infiltração de Agentes	913

17.4 Crime de Recusa ou Omissão de Informações.....	914
18 DO PROCEDIMENTO PREVISTO PARA OS CRIMES DA LEI 12.850/13	916
19 DO DECRETO DE SIGILO JUDICIAL DAS INVESTIGAÇÕES E DO ACESSO DA DEFESA AOS AUTOS	920
20 ALTERAÇÃO DO ARTIGO 288, CP (QUADRILHA OU BANDO).....	923
21 ALTERAÇÃO DO ARTIGO 342, CÓDIGO PENAL.....	927
22 REVOGAÇÃO DA ANTIGA LEI DO CRIME ORGANIZADO	927

CAPÍTULO VIII

LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006).....	929
2 INTRODUÇÃO	929
1.1 Legalização das Drogas e seus Aspectos Positivos e Negativos	929
3 SISNAD	934
4 OBJETO JURÍDICO	934
5 OBJETO MATERIAL.....	935
5.1 Drogas de Desenho	936
5.2 Drogas Virtuais.....	937
6 SUJEITOS DOS CRIMES	938
6.1 Competência	938
7 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	939
7.1 Princípio da Insignificância e os Crimes da Lei de Drogas	943
8 PRINCÍPIO DA ALTERNATIVIDADE E OS CRIMES DA LEI DE DROGAS.....	948
9 8. DO CRIME DE PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL	948
9.1 Considerações Gerais.....	949
9.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta).....	951
9.3 Tentativa.....	952
9.4 Elemento Subjetivo do Tipo	952
9.5 Elemento Normativo do Tipo.....	953
9.6 Distinção entre usuário e traficante de drogas.....	953
9.7 Figura Equiparada: Cultivo de Drogas Ilícitas para Consumo Pessoal.....	957
9.8 Penas (ou Medidas?)	959
9.8.1 Advertência sobre os efeitos da droga.....	961
9.8.2 Prestação de serviços à comunidade	961
9.8.3 Medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.....	961
9.8.4 Prazo de duração e consequências da reincidência.....	962
9.8.5 Medidas coercitivas.....	964
9.8.6 Peculiaridades da pena de multa.....	966
9.9 Da (in)constitucionalidade do crime do artigo 28	966
9.10 Do prazo prescricional do artigo 28 da Lei de Drogas	972

10 TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, <i>CAPUT</i>)	972
10.1 Introdução	972
10.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	974
10.3 Sujeitos do Crime	979
10.4 Elemento Subjetivo do Tipo	979
10.5 Consumação	979
10.5.1 Tráfico de Drogas e Inviolabilidade Domiciliar	979
10.6 Tentativa	987
10.7 Destaques	988
11 TRÁFICO DE DROGAS POR EQUIPARAÇÃO	996
11.1 Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas	997
11.1.1 Objeto Material	997
11.1.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1000
11.1.3 Sujeitos do Crime	1000
11.1.4 Elemento Subjetivo do Tipo	1000
11.1.5 Consumação e Tentativa	1000
11.2 Plantio para o tráfico de drogas	1001
11.2.1 Objeto Material	1001
11.2.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1001
11.2.3 Sujeitos do Crime	1001
11.2.4 Elemento Subjetivo do Tipo	1001
11.2.5 Consumação e Tentativa	1001
11.2.6 Destaques	1002
11.3 Uso de local ou bem de qualquer natureza para o tráfico de drogas	1002
11.3.1 Objeto Material	1002
11.3.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1002
11.3.3 Sujeitos do Crime	1003
11.3.4 Elemento Subjetivo do Tipo	1003
11.3.5 Consumação e Tentativa	1004
11.4 Agente Policial Disfarçado	1004
12 CRIME DE PARTICIPAÇÃO NO USO INDEVIDO DE DROGAS	1010
12.1 Introdução	1010
12.2 Objeto Material	1010
12.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1010
12.4 Sujeitos do Crime	1011
12.5 Elemento Subjetivo do Tipo	1012
12.6 Consumação e Tentativa	1012
12.7 Destaque: “Marcha da Maconha”	1013
13 CRIME DE OFERECIMENTO DE DROGA PARA CONSUMO COMPARTILHADO	1013
13.1 Introdução	1014

13.2 Objeto Material	1014
13.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1014
13.4 Sujeitos do Crime	1016
13.5 Elemento Subjetivo do Tipo	1017
13.6 Consumação e Tentativa	1017
14 TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO	1017
14.1 Introdução	1017
14.2 Requisitos	1018
14.3 Tráfico Privilegiado e Crime Hediondo	1019
15 LABORATÓRIO DO TRÁFICO DE DROGAS	1020
15.1 Introdução	1020
15.2 Objeto Material	1021
15.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1021
15.4 Sujeitos do Crime	1021
15.5 Elemento Subjetivo do Tipo	1022
15.6 Consumação e Tentativa	1022
15.7 Figura Privilegiada: aplica-se causa de diminuição do artigo 33, §4º?	1022
16 ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS	1022
16.1 Introdução	1023
16.2 Bem Jurídico Tutelado	1023
16.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1024
16.4 Sujeitos do Crime	1024
16.5 Elemento Subjetivo do Tipo	1024
16.6 Consumação e Tentativa	1024
16.7 Associação para o Financiamento do Tráfico de Drogas	1025
17 FINANCIAMENTO PARA O TRÁFICO DE DROGAS	1025
17.1 Introdução	1025
17.2 Bem Jurídico Tutelado	1026
17.3 Objeto Material	1026
17.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1026
17.5 Sujeitos do Crime	1027
17.6 Elemento Subjetivo do Tipo	1027
17.7 Consumação e Tentativa	1027
18 INFORMANTE DO TRÁFICO DE DROGAS	1028
18.1 Introdução	1028
18.2 Bem Jurídico Tutelado	1028
18.3 Objeto Material	1028
18.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta)	1028
18.5 Sujeitos do Crime	1029

18.6 Elemento Subjetivo do Tipo	1029
18.7 Consumação e Tentativa.....	1030
19 CRIME DE PRESCRIÇÃO OU MINISTRAÇÃO CULPOSA DE DROGAS	1030
19.1 Introdução	1030
19.2 Bem Jurídico Tutelado.....	1030
19.3 Objeto Material.....	1030
19.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta).....	1030
19.5 Sujeitos do Crime.....	1031
19.6 Elemento Subjetivo do Tipo	1031
19.7 Consumação e Tentativa.....	1032
19.8 Ocorrência de lesão corporal ou morte.....	1032
20 CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÃO OU AERONAVE SOB A INFLUÊNCIA DE DROGAS ILÍCITAS....	1032
20.1 Introdução	1032
20.2 Bem Jurídico Tutelado.....	1033
20.3 Objeto Material.....	1033
20.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta).....	1033
20.5 Sujeitos do Crime.....	1034
20.6 Elemento Subjetivo do Tipo	1034
20.7 Consumação e Tentativa.....	1034
20.8 Destaques Finais.....	1035
21 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	1036
21.1 Se a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito.....	1036
21.2 Se o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.....	1037
21.3 Se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais, ou em transportes públicos	1038
21.4 Se o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.....	1039
21.5 Se caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre esses e o Distrito Federal	1040
21.6 Sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.....	1040
21.7 Se o agente financiar ou custear a prática do crime	1042
22 RIGORES PENAIS.....	1043
23 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O PROCEDIMENTO NA LEI DE DROGAS.....	1044
23.1 Considerações Gerais.....	1044
23.2 Procedimento para destruição de drogas e plantações	1045

23.3 Procedimento nos casos do artigo 28 da Lei de drogas	1047
23.4 Procedimento na fase policial em casos de tráfico	1049
23.5 Procedimento na fase processual em casos de tráfico.....	1051
23.6 Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado.....	1054
24 CONCEITO DE "AUTORIDADE POLICIAL" NA LEI DE DROGAS E TERMO CIRCUNSTANCIADO...	1059
24.1 Introdução	1059
24.2 A "autoridade policial" na Lei 9099/95 antes do advento da Lei 11.343/06	1059
24.3 O conceito de "Autoridade Policial" na Lei 11.343/06 e sua repercussão na interpretação dada ao artigo 69 da Lei 9099/95	1064
24.4 Conclusão	1067
25 LEI DE DROGAS: LAUDO PROVISÓRIO E DENÚNCIA	1068
26 TRÁFICO E NÃO APREENSÃO DA DROGA: ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE A QUESTÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA.....	1072
 REFERÊNCIAS.....	 1081
 ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	 1097